

Brasil se enrola na ciranda da dívida

■ Desde 83, país pagou de juros aos credores externos quase o valor total do débito

NÉLIA MARQUEZ E SÔNIA
FILGUEIRAS

BRASÍLIA — De 1983 a 1992, o Brasil já pagou de juros aos credores internacionais US\$ 130,1 bilhões, quase o saldo total da dívida externa brasileira, contabilizada hoje pelo Banco Central em US\$ 135 bilhões. Como se não bastasse o elevado desembolso aos credores, a dívida externa neste período praticamente dobrou — passou de US\$ 83 bilhões para US\$ 135 bilhões, sem que houvessem entrado no país empréstimos na mesma proporção. O país enviou ao exterior US\$ 67,6 bilhões a mais do que recebeu.

“Isso foi uma verdadeira sangria nos cofres públicos”, indigna-se o senador João Rocha (PFL-TO), que preside a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, responsável pelo exame dos acordos internacionais. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), habitual crítico dos acordos com os credores, vai mais fundo: “O pagamento desses juros excessivos foi um dos principais pontos que levaram o país à recessão. Nós pagamos aos credores muito além de nossa capacidade de pagamento”.

Golpe — A culpa pela crise da dívida brasileira não é responsabilidade apenas das condições estabelecidas nos 11 acordos firmados com a comunidade financeira internacional para o refinanciamento dos débitos. Uma política interna de elevação das taxas de juros adotada pelos Estados Unidos durante o governo de Ronald Reagan inviabilizou o pagamento da dívida por todos os países em desenvolvimento, que na década anterior tinham contraído volumosos empréstimos.

A evolução da dívida em 10 anos (*)

Ano	Ingresso	Desembolso	Saldo	Dívida Total
1983	11.698	14.982	-3.293	93.556
1984	11.724	13.095	-1.371	102.039
1985	2.816	12.818	-10.002	105.125
1986	3.231	13.598	-10.367	111.045
1987	3.260	9.794	-6.534	121.174
1988	7.441	20.331	-12.891	113.469
1989	2.963	12.819	-9.856	115.096
1990	3.573	8.110	-4.537	122.828
1991	6.122	12.016	-5.894	123.910
1992	9.651	12.544	-2.893	135.047

(*) Evolução, entre 1983 e 1992, dos pagamentos aos credores internacionais, em milhões de dólares
Fontes: publicações do Banco Central

A *libor* — taxa preferencial do mercado londrino —, que indexava 60% da dívida brasileira, atingiu em 1982 o pico de 16,85%. Hoje esta mesma taxa está em torno de 3%. “Foi uma injustiça profunda com o país”, aponta o senador Espiridião Amim (PDS-SC), em uma análise pontilhada de sentimentalismos. Ele prefere equiparar a crise da dívida brasileira a uma guerra pela qual, como ocorreu na Alemanha, deveria haver reparações. Ou seja, que não fossem cobrados juros sobre juros.

A elevação da *libor* promovida pelo governo Reagan deixou clara a fragilidade econômica dos países em desenvolvimento. Em 1982, no episódio que foi caracterizado como *setembro negro*, os Estados Unidos declararam ao Fundo Monetário Internacional (FMI) que não iriam aumentar suas cotas no capital do organismo. Em consequência, os bancos decidiram bloquear seus empréstimos. Sem sai-

da, o México acabou declarando moratória. O Brasil iniciou então com o FMI a elaboração de sucessivos programas e acordos nunca cumpridos.

Com a economia mundial retraída na década de 80, os recursos captados pelo Brasil se restringiam a ingressos de capital para o pagamento de juros atrasados, fontes oficiais ou intercompanhias (quando uma matriz no exterior empresta para sua filial no Brasil). A solução foi elevar brutalmente as exportações para fabricar dólares e assim assumir os pagamentos, tática que se revelou insuficiente.

As dificuldades de estabilização política que o país passou a atravessar após o final da ditadura militar — com a eleição de Tancredo Neves, a posse de Sarney, o anúncio de rompimento com o FMI, a declaração de moratória em 1987 — levaram o país a não cumprir acordos. A cada tentativa de acor-

do, o país passou a refinanciar seus débitos com a inclusão no valor global do débito dos juros em atraso, além de despesas com moratória. Somente na renegociação da dívida com os bancos privados, hoje estimada em pouco mais de US\$ 35 bilhões, a renegociação de juros atrasados somou US\$ 7,1 bilhão.

Reparações — Como forma de solucionar o problema da dívida, o senador Ronan Tito (PMDB-MG), um dos principais interlocutores do governo em matéria de acordos internacionais, sugere que os recursos obtidos com a privatização das empresas estatais sejam utilizados para amortizar os débitos. O seu raciocínio é lógico: grande parte dos empréstimos externos foi contratada para investimentos de empresas estatais, mesmo que a razão principal tenha sido o fechamento do balanço de pagamentos, onde são espelhadas todas as contas públicas. Recuperar os juros pagos ele considera inviável. “Isso é uma herança da ditadura”, pontifica.

O senador Eduardo Suplicy, que votou contra todos os acordos internacionais que examinou após ser eleito para o Senado, propõe a formalização do conceito de pagamento para débitos externos. Ou seja, que seja estabelecido um limite de desembolsos sobre o superávit primário, que é a diferença entre receitas e despesas, descontado o que é pago de juros aos títulos públicos. Suplicy é favorável também à ideia de que os credores passem a equiparar os efeitos da dívida brasileira aos de uma guerra. “Talvez eles não recebessem tanto quanto calculavam mas isso permitiria a recuperação da economia”, afirmou.